

# O processo de industrialização brasileiro: apontamentos sobre a produção científica na geografia (2000-2020)

*The Brazilian industrialization process: notes on scientific production in geography (2000-2020)*

**Antonio Alfredo Teles de Carvalho**  
Universidade Federal de Alagoas – UFAL  
Maceió – AL, Brasil.



**Clevisson José da Silva**  
Universidade de São Paulo – USP  
São Paulo – SP, Brasil.

**Dhiego Antonio de Medeiros**  
Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL  
União dos Palmares – AL, Brasil.

## RESUMO

**Objetivo da Investigação:** Este artigo explora as principais teorias sobre o processo de industrialização no Brasil que mais influenciaram na Geografia brasileira e os seus respectivos desdobramentos em termos de produção científica na área.

**Metodologia:** No plano metodológico, trata-se de um esforço de revisitar a produção sobre o tema no sentido de mostrar as principais formulações teóricas sobre esse processo no país. Inicialmente, discutiu-se algumas das principais teorias desenvolvidas no âmbito das ciências humanas e sociais sobre a industrialização no Brasil. Em seguida, a abordagem se direciona para algumas formulações consideradas centrais no âmbito da geografia.

**Resultados:** Como resultados, evidenciou-se um interesse significativo na temática e um constante crescimento na produção científica e, conseqüentemente, a diversificação das interpretações capazes de explicar o processo de industrialização brasileira e o quadro de dependência à luz do seu acarboúço teórico e conceitual.

**Originalidade/Valor:** Conclui-se que a produção científica na Geografia – e em outros campos do conhecimento em outras perspectivas – desempenha um papel crucial na compreensão e no planejamento do desenvolvimento econômico do território, enfatizando a importância da atuação estatal na concessão de incentivos fiscais e na criação de infraestrutura para as indústrias, ou seja, na dotação e/ou renovação da materialidade do território brasileiro.

**Palavras-chave:** Teorias da industrialização; Produção bibliográfica; Ciências humanas e sociais; Geografia.

## ABSTRACT

**Research Purpose:** This article explores the main theories on the industrialization process in Brazil that have most influenced Brazilian Geography and their respective developments in terms of scientific production in the area.

**Methodology:** Methodologically, this is an effort to revisit the production on the subject in order to show the main theoretical formulations on this process in the country. Initially, some of the main theories developed in the humanities and social sciences on industrialization in Brazil were discussed. The approach then turns to some formulations considered central to geography.

**Findings:** The results show a significant interest in the subject and a constant growth in scientific production and, consequently, the diversification of interpretations capable of explaining the Brazilian industrialization process and the dependency framework in the light of its theoretical and conceptual framework.

**Originality/Value:** It is concluded that scientific production in Geography - and in other fields of knowledge in other perspectives - plays a crucial role in understanding and planning the economic development of the territory, emphasizing the importance of state action in granting tax incentives and creating infrastructure for industries, that is, in endowing and/or renewing the materiality of the Brazilian territory.

**Keywords:** Theories of industrialization; Bibliographic production; Human and social sciences; Geography.

## 1. Introdução

A industrialização brasileira é um tema tão antigo quanto contemporâneo nas discussões acadêmicas do país, sobretudo no âmbito das ciências humanas e sociais, promovendo uma produção bibliográfica que tem buscado tratar tanto das raízes que possibilitaram o referido processo, como também dos desdobramentos que afirmaram ou inviabilizaram o seu desenvolvimento.

É nas ciências humanas e sociais onde são desenvolvidos os principais esforços para construir teorias explicativas sobre o processo de industrialização do Brasil. Contribuições como Prado Júnior (1945) e, mais especificamente, Simonsen (1973) e Suzigan (1986) trazem discussões que muito agregaram ao debate do tema. Destaca-se também os esforços de Paim (1957), para quem a existência de uma “economia natural”, caracterizada por uma autossuficiência da produção nas fazendas significava um obstáculo à industrialização, sendo necessário a eliminação dessa autossuficiência do complexo rural para o desenvolvimento do mercado interno.

Acrescente-se ainda os apontamentos de Lima (1961) em dois pontos específicos: I. ao indicar – de forma “um tanto exagerada”, nas palavras do autor – a existência de uma indústria indígena (em função da produção de objetos [tecidos, habitação, mobiliário e utensílios domésticos] feitos com as mãos ou com auxílio de instrumentos que representavam ferramentas rudimentares), no período do “descobrimento” do Brasil; II. o esforço dispensado pelo autor para entender a economia colonial ao traçar um panorama da manufatura, quer dizer, o primeiro estágio da indústria – no sentido da elaboração da matéria prima e a sua apresentação no mercado de um produto acabado –, evidenciando o papel da produção de açúcar, denominada “primeira indústria nacional”.

A partir do levantamento bibliográfico foi possível identificar os principais trabalhos sobre a industrialização do Brasil, que revela uma ampla quantidade de estudos. Por consequência, a abordagem aqui realizada está centrada, sobretudo, nos autores que mais influíram o pensamento geográfico brasileiro sobre a temática em questão. Assim, as produções mencionadas a seguir, se configuram como as principais teses/matrizes que vêm alimentado, em grande medida, os debates e produções – na Geografia – a respeito do processo de industrialização. Nesse sentido, far-se-á necessário algumas considerações sobre as principais teorias que discutem a industrialização no Brasil, uma vez que “o avanço das pesquisas trouxe novos elementos, os quais concorreram para aprofundar o entendimento das origens da indústria” (Fonseca & Salomão, 2017, p. 16).

## 2. Teorias da industrialização brasileira: algumas abordagens nas ciências humanas e sociais

No âmbito das ciências humanas e sociais, quatro teorias possuem posições de maior relevo na discussão do processo de industrialização do Brasil. Os estudos de Furtado (2007) e Tavares (2000) representam a principal

base teórica sobre a teoria da industrialização a partir da substituição de importações (também chamada de teoria dos choques adversos), que defende um processo de industrialização proporcionado a partir de crises externas, que afetam o setor externo da economia, inflacionando os preços relacionados as importações e conseqüentemente, com as dificuldades de importar, desloca a demanda interna para as atividades internas de substituição.

Segundo a teoria da substituição de importações, a industrialização do Brasil se deu em decorrência de crises externas que afetaram diretamente a economia exportadora do país. Principalmente a grande depressão de 1930, ocasionou forte impacto na dinâmica econômica do país, aumentando os preços das importações e inviabilizando-o de realizar importações de bens de consumo, que refletiu em uma política governamental que pretendia resguardar o setor interno da economia e deu estrutura a um processo de industrialização substitutiva que se iniciava, ganhando força em face da permanência dos altos preços das importações. Tavares (2000) resume a tese geral dessa teoria da seguinte maneira:

A nossa tese central é de que a dinâmica do processo de desenvolvimento pela via de substituição de importações pode atribuir-se, em síntese, a uma série de respostas aos sucessivos desafios colocados pelo estrangulamento do setor externo, através dos quais a economia vai-se tornando quantitativamente menos dependente do exterior e mudando qualitativamente a natureza dessa dependência (Tavares, 2000, p. 231).

Diferentemente de Tavares (2000) e Furtado (2007), Dean (1971), Peláez (1972) e Nicol (1974) defendem uma industrialização a partir da expansão das exportações, apresentando outra teoria sobre o processo de industrialização brasileiro (também conhecida como teoria da complementariedade). Tal teoria estabelece uma relação direta entre a expansão das exportações e a industrialização. Significa que a indústria se desenvolve durante períodos de boa atividade do setor exportador e, portanto, retrocede nas crises desse setor.

Desse modo, há uma relação mútua entre os setores exportador e industrial. Ao estudar as origens do capital da indústria e do empresariado em São Paulo, Dean (1971) diverge do papel do Estado na promoção industrial e da tese de que a depressão de 1930 favoreceu o processo de industrialização, considerando que os produtores de café investiram no ramo bancário e nos transportes (estradas de ferro), que possibilitou o desenvolvimento da infraestrutura e, conseqüentemente, levou a ampliação e a integração do mercado nacional. Dean (1971) e Nicol (1974) defendem uma relação direta entre a expansão das exportações de café e o crescimento industrial de São Paulo antes de 1930, tendo o café favorecido o crescimento da renda interna e a criação de mercado para os produtos manufaturados nacionais.

Essa teoria entende o desenvolvimento da indústria junto com a agricultura, no sentido em que as atividades rurais possibilitaram uma dinâmica na estrutura econômica do país, desenvolvendo uma infraestrutura capaz de suportar o nascimento de outras atividades, bem como o crescimento da renda interna, o que aumenta a demanda de manufaturas. Desta forma, os lucros retidos por meio das atividades de exportação financiaram

o surgimento das iniciativas industriais, que embora se trate de um crescimento lento possibilitou uma indústria abrangente.

Outra teoria amplamente difundida é a do Capitalismo Tardio, trabalhada por Cano (1975), Silva (1976), Silva (1986) e, principalmente, Mello (1991), que consideram a industrialização brasileira atrelada à economia cafeeira e assim defendem que o capital da indústria se origina na acumulação do café.

Sob esta perspectiva, o desenvolvimento da industrialização na América Latina deve ser entendido como capitalista, sendo influenciado primeiramente por fatores internos e secundariamente por fatores externos. No dizer de Mello (1991, p. 95), “pensaremos a industrialização latino americana como uma industrialização capitalista; mais ainda, como uma determinada industrialização capitalista: uma industrialização capitalista retardatária”.

Nesse sentido, a economia dos países latino-americanos possui condições internas de produção intensamente atreladas ao mercado internacional, pois tratam-se de economias agroexportadoras. Ou seja, a demanda de bens de consumo é sobretudo interna, enquanto a demanda de bens de capital é direcionada ao centro do sistema, o que não possibilita a existência de uma indústria nacional de bens de capital e impede uma maior autonomia e acumulação de capital industrial, em decorrência da dependência do mercado externo e, sobretudo, da existência de uma economia capitalista mundial já posta. Deste modo, o crescimento industrial nos países como o Brasil, é específico e retardatário, por isso a nomenclatura capitalismo tardio.

Observa-se que o processo de industrialização é entendido a partir das relações julgadas intrínsecas com a economia cafeeira, onde o capital acumulado do café proporcionou uma estrutura estimulante à produção do capital industrial, com o aparecimento de pequenas indústrias que iriam representar o início da industrialização nacional. Portanto, centrado na base agroexportadora que já tinha uma dinâmica industrial considerável, coexistindo com a economia cafeeira.

Nessa perspectiva, é importante ressaltar os estudos de Cano (1975), para quem a industrialização de São Paulo é derivada de uma dinâmica própria baseada na economia cafeeira. O autor assegura que houve, na verdade, uma reestruturação do capital do café que futuramente proporcionou à São Paulo um acúmulo de capital, que lhe garantiu uma concentração econômica e por isso uma maior expansão se comparado com os demais estados brasileiros.

Percebe-se então, que para Cano (1975), a economia cafeeira é essencial à constituição da dinâmica econômica industrial. O capital cafeeiro passou por uma reestruturação que lhe permitiu uma expansão que transcende a economia primário exportadora. Tratam-se, portanto, de transformações no capital do café que o permitiu chegar aos outros setores da economia, seja comercial, de importação, rural e mesmo industrial. Desse modo, os bancos representam agentes fundamentais nesse processo que Cano (1975) denomina de

“reprodução do capital” e que por meio das intermediações financeiras e mecanismos da sua multiplicação financiam de forma direta ou indireta outras atividades econômicas, não necessariamente do mesmo tipo da fonte dos recursos.

Uma outra teoria refere-se à industrialização liderada por políticas do governo, na qual Flávio Versiani & Maria Versiani (1977) constituem as principais referências. Os princípios dessa teoria estão ancorados na contestação da diminuição do papel do Estado no processo de industrialização do país. Trata-se de uma interpretação onde se considera que o governo participou com relevância da promoção industrial. A partir de políticas de proteção tarifária, concessão de incentivos e subsídios à indústria, o governo desempenha um papel fundamental no crescimento da industrialização.

Os defensores desta teoria referem-se à existência de uma capacidade produtiva antes da depressão de 1930, mesmo não existindo uma indústria já consolidada, o período anterior à depressão representa a base das atividades que tornariam possível a industrialização posterior. Quer dizer, é preciso considerar as condições anteriores ao início do efetivo processo de industrialização.

Estes autores evidenciam a industrialização do Brasil como incentivada pelo governo a partir de uma política de desvalorização da moeda nacional. Não se trata de provar a existência de uma política deliberativa e abrangente de desenvolvimento, mas de ações governamentais que possibilitaram o desenvolvimento industrial em ramos específicos.

Nesse sentido a atividade industrial ganha confiança a partir dos resultados crescentes obtidos através das ações governamentais e, posteriormente se sustenta por meio do reinvestimento. A participação do governo no processo de industrialização do Brasil é presente, contribuindo com proteção tarifária e inclusive com subsídios à compra de equipamentos. Mas, não se confunde com uma política econômica de desenvolvimento da indústria no país, por não se tratar de uma participação ampla, em todos os setores da indústria, mas em setores específicos.

A teoria da industrialização promovida por políticas governamentais, aborda a nascente indústria brasileira como um resultado oriundo da relação entre dificuldades e facilidades da economia com o setor exterior. No período inicial, se tinha apenas o nascimento de iniciativas industriais que se configuravam como atividades secundárias, em face da permanência do setor de importação. Entretanto, com a sua posterior expansão, a atividade ganhou força com a presença de novos investidores e condições governamentais que favoreceram o seu crescimento.

De acordo com Versiani (2012) essa base teórica traz uma abordagem geral do desenvolvimento da industrialização no Brasil, não limitando a um período específico. Sendo que o período anterior a grande depressão se caracteriza, sobretudo, pela formação de uma capacidade produtiva das raízes do processo industrial. Já a partir de 1930 a industrialização ganharia grande impulso, tanto pelas condições estabelecidas

em sua gênese e em seu desenvolvimento, como pela ampliação da presença do Estado. Essa presença estatal poderia, assim, ser entendida tanto como ações de nacionalidade em busca de uma redução da dependência externa, bem como ações que sofriam influência dos industriais, e “a prática de demandar apoio do Governo, sob diversas formas [...] fixou-se desde o estabelecimento das primeiras associações de industriais, ainda no século XIX” (Versiani, 2012, p. 892).

Portanto, no âmbito das ciências humanas e sociais são diversas as abordagens sobre o processo de industrialização no Brasil, não sendo de interesse dessa análise promover uma revisão exaustiva das mesmas, tendo sido direcionada apenas às quatro correntes que ganharam maior aceitação na comunidade acadêmica brasileira e que mais influenciaram as leituras geográficas da temática.

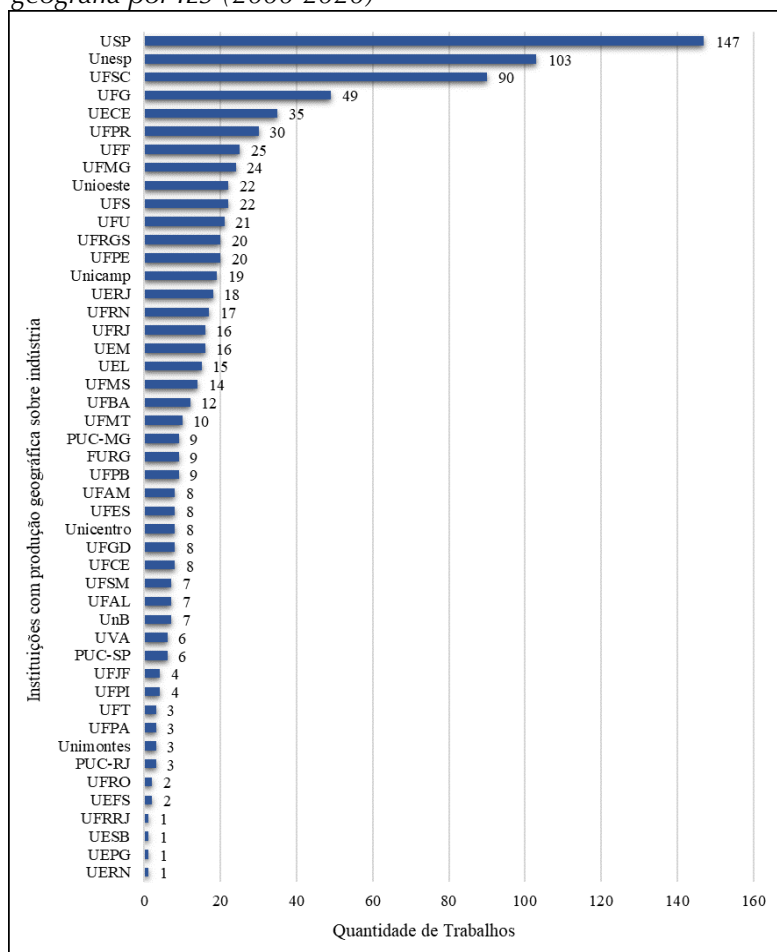
### **3. O processo de industrialização do Brasil à luz da ciência geográfica**

Nos últimos anos a geografia brasileira tem diversificado consideravelmente a sua agenda de pesquisa, evocando múltiplos temas e produzindo um volume substancial de estudos que tem somado para o aprofundamento do conhecimento geográfico do país. No que se refere aos estudos sobre as indústrias, bem como do seu processo de industrialização, a contribuição se mostra expressiva e com interpretações muito bem delimitadas.

Especialmente, nos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* – mestrado e doutorado – em Geografia, têm sido de notória importância para essa produção. Colocando a industrialização do Brasil como um dos temas mais investigados pelos geógrafos do país, com um total de 871 estudos. Destes, 637 dissertações e 234 teses produzidas sobre a temática no período de 2000 a 2020, conforme apresenta pesquisa realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que permitiu um conhecimento quantitativo por natureza dos trabalhos e por instituição de ensino superior, conforme dados explorados no Gráfico 1.

A análise do gráfico a seguir, evidencia a significativa quantidade de pesquisas sobre o tema a partir da distribuição institucional da produção, o que vale destacar, tem acompanhado o desenvolvimento da urbanização brasileira e, desta forma, se caracteriza como um tema recorrente de análises e debates. O gráfico revela o expressivo número de pesquisas realizadas nos programas de pós-graduação em geografia da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que juntos perfazem 39% do total de trabalhos sobre o tema realizado no país. Tratam-se de programas consolidados e, no caso da USP, o mais tradicional do Brasil, em funcionamento desde a década de 1940, associado a presença de um dos pioneiros na área, o geógrafo Armen Mamigonian, que desde o final dos anos de 1950 vem se dedicando ao tema nas diferentes instituições por onde passou, especialmente a USP e a UFSC.

**Gráfico 1.** Brasil: produção *stricto sensu* sobre indústria em geografia por IES (2000-2020)



Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Elaborado pelos autores, 2022.

Conforme já abordado, a industrialização brasileira vem sendo muito discutida, o que resulta em uma vasta produção de estudos que se propõem a pensar a industrialização, discussão que vem sendo alimentada sobretudo pelas ciências humanas e sociais. Nesse contexto, a geografia destaca-se na produção científica sobre o tema e, por isso, destacam-se aqui as contribuições de alguns geógrafos que receberam notoriedade na sua comunidade acerca do tema em questão.

Nesse sentido, pode-se afirmar que as discussões sobre a industrialização no Brasil ampliaram-se consideravelmente a partir dos estudos de Mamigonian (1965; 1969; 1990; 2000), que apresentou proposições teóricas essenciais à compreensão da industrialização no Brasil e em países latino-americanos, sobretudo por apresentar uma interpretação original a partir da pequena produção mercantil.

Mamigonian (1990) entende a economia do Brasil como muito dinâmica e com um crescimento ligado tanto as empresas multinacionais e estatais, como principalmente relacionado a atuação de grupos empresariais nacionais privados, destacando que o Brasil não é um país pobre e apenas fornecedor de produtos primários. Ao contrário, é uma economia dinâmica e com um setor interno expressivo.

A partir das abordagens de Mamigonian (1965; 1969; 1990; 2000), é possível identificar a importância da teoria dos Ciclos Econômicos Capitalistas trabalhada no Brasil por Ignácio Rangel, autor pouco explorado nas análises do processo brasileiro de industrialização e, por isso, não mencionado no item anterior deste texto. Nesse sentido, urge ressaltar a sua relevância e considerar as interpretações de Rangel (1985; 2012) como essenciais à explicação da economia capitalista periférica. Pois evidencia a possibilidade de desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos tanto em períodos de expansão como em períodos de contração do sistema capitalista global, considerando-se que o desenvolvimento em fases de contração é possível em decorrência da dinâmica industrial do próprio setor interno da economia.

Respaldo na teoria dos Ciclos Econômicos, Mamigonian (2000) mostra que durante os períodos de crescimento da economia, ou seja, nos ciclos de expansão, o Brasil desenvolveu atividades econômicas ligadas ao mercado internacional, principalmente exportações. Já nos períodos de crise, que se referem aos ciclos de contração, a economia do país esteve vinculada às atividades de autossuficiência e ao mercado local. Logo, a economia brasileira se desenvolveu a partir de um processo baseado em oscilações cíclicas, com períodos de expansão e de retração com o centro do sistema capitalista. Segundo o autor, “assim, a economia brasileira crescia tanto nas fases de expansão, como de contração da DIT [Divisão Internacional do Trabalho]” (Mamigonian, 2000, p. 45).

Mamigonian (1965) oferece expressivas observações acerca do papel da pequena produção mercantil para a indústria nacional. Evidencia a necessidade de valorização da indústria interna, com atenção especial às burguesias locais, que representam iniciativas com industriais e capital local. Segundo o autor, são atividades modestas quanto a sua organização financeira, mas que desempenham um papel essencial à efetiva industrialização do território. Portanto, Mamigonian (1965; 1969; 1990; 2000) representa uma base teórica fundamental às interpretações da industrialização no Brasil, sobretudo, por entender a economia brasileira como dinâmica e por evidenciar a presença das indústrias nacionais como grandes potencialidades econômicas para o país.

Perseguindo as interpretações geográficas da industrialização, ao tratar do conhecimento e da atuação da Geografia no processo de industrialização e urbanização no Brasil, visando uma melhor compreensão do processo, Geiger (1988) investiga o desenvolvimento da Geografia no Brasil, analisando inicialmente a implantação e evolução de instituições como as Faculdades de Filosofia, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) a fim de conceber suas relações com a industrialização brasileira. Posteriormente, o autor trata das correntes de pensamento vividas no Brasil e evidencia, a partir de 1940, a prática de uma geografia relacionada com a economia política, que buscava contribuir com o processo de transição de um país agrário para um país industrializado e urbanizado, evidenciando também um processo de substituição de importação configurado desde 1930 com a transferências de recursos da agricultura para a indústria.

Quanto a consolidação da indústria, Geiger (1988) refere-se a um vasto sistema de planejamento montado pelo Estado, que garante o crescimento industrial e o desenvolvimento da urbanização. Trata-se de um processo que parte do campo agrário para o campo industrial, direcionando-se para uma consolidação do meio urbano e estando logicamente relacionado com a variável espacial. Assim, ao estabelecer correlações entre o desenvolvimento do conhecimento geográfico e da industrialização, Geiger (1988, p. 81) conclui: “[...] o que as diferentes correntes de Geografia fizeram no Brasil, até meados dos anos 70, foi contribuir para que o país participasse desta passagem do campo agrário para o campo industrial”.

Lencioni (1991; 1996; 1998) também desenvolve interpretações significativas para compreensão da industrialização de São Paulo e no sentido que analisa as transformações urbanas e industriais do maior polo industrial brasileiro, contribui também para a interpretação da indústria no país. De acordo com a autora, a indústria brasileira é uma atividade econômica concentrada principalmente em São Paulo e em aspectos gerais teve sua gênese relacionada a cultura do café, que possibilitou a formação do capital industrial. Desta forma, em momentos de expansão das exportações, o Brasil garantia a importação de tecnologia no sentido de se industrializar e nos momentos de crise do setor exportador recorria a indústria interna.

Lencioni (1998) considera que a industrialização brasileira possui características singulares uma vez que, igualmente a muitas economias latino-americanas, pertence a um processo tardio e, por ter se inserido na economia capitalista global tardiamente, possui fragilidades que são projetadas nas suas condições econômicas atuais. Por assim ser, se mostra uma indústria territorialmente concentrada, com um crescimento populacional rápido e uma expansão urbana acelerada. Afinal, a inserção na economia global impõe necessariamente transformações locais no sentido de atender a demanda do mercado internacional, resultando em um crescimento econômico, mas não no desenvolvimento urbano do território.

Sob essa ótica, a indústria brasileira sempre esteve concentrada na cidade de São Paulo, o que resulta a essa parte do território brasileiro um rápido crescimento populacional, afora constituir foco central dos olhares administrativos e governamentais. Tal território se constituiu como o centro urbano mais dinâmico do país e por isso foi dotado de uma infraestrutura que possibilitou a produção e a expansão industrial.

Lencioni (1991; 1996; 1998) alerta às mudanças ocorridas na metrópole brasileira a partir de 1970. Para a autora, consiste numa reestruturação territorial da região metropolitana, onde inicia-se uma expansão da mancha urbana em função das atividades industriais. Por tanto, São Paulo passa a ter o que a autora denomina de “região metropolitana desconcentrada”, com uma reorganização do espaço metropolitano que estabelece uma divisão territorial entre espaço industrial e espaço de gestão empresarial.

Também como resultado do processo de formação territorial e econômica do Brasil, São Paulo concentra a maior densidade de atividades econômicas. Para Lencioni (1996), essa concentração econômica levou a um estouro metropolitano, não tendo a cidade suportado territorialmente todas as atividades produtivas. A autora

defende que mediante essa superconcentração, inicia-se uma dispersão industrial para o interior do estado paulista. Trata-se, portanto, de uma reestruturação da metrópole que estabelece assim uma nova fisionomia industrial, onde as atividades industriais se dispersam para o interior seguindo sobretudo os principais eixos viários.

Dessa forma, a capital passa a ser um espaço de gestão, administração e centro decisório, concentrando especialmente os serviços bancários, de propaganda e consultoria, por sua vez o interior da região metropolitana se caracteriza como o espaço das indústrias, comportando os estabelecimentos industriais. Com isso, a cidade de São Paulo reafirma sua centralidade, mas agora com maior relação de fluxos imateriais. Verifica-se o germe desse debate na dissertação de mestrado de Wanderley Messias da Costa “O processo contemporâneo de industrialização: um estudo sobre a expansão industrial em território paulista”, defendida no ano de 1982, no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da FFLCH/USP, sob a orientação do Prof. Dr. Armando Corrêa da Silva.

Nessa perspectiva, a reestruturação do espaço metropolitano é característica dos países com pequena capacidade de investimentos em condições gerais de produção, uma vez que a cidade não suporta, não podendo dotar todo o território de infraestrutura, concentra as atividades em um centro, que passa a ser o mais dinâmico do país. Conseqüentemente aumentam os custos do espaço urbano e, ao mesmo tempo, torna mais expressivas as desigualdades territoriais. Assim, Lencioni (1991; 1996; 1998) representa uma das principais bases teóricas da geografia sobre a industrialização de São Paulo e também uma das principais sobre a industrialização brasileira.

Outra base teórica na Geografia para os estudos sobre o setor produtivo é Arroyo (1996; 2001; 2005; 2006; 2012), que com análises do território brasileiro e do mercado externo contribui singularmente com estudos econômicos da América Latina. Além disso, é vale ressaltar suas análises do território brasileiro a partir dos circuitos espaciais de produção, do comércio internacional e da circulação. Questões que levam à interpretações valorosas sobre a industrialização e a economia brasileira.

Arroyo (2012) evidencia a importância do estado de São Paulo para a economia brasileira, que lhe confere o título de centro da indústria do Brasil. Ao tratar na diversidade de exportação industrial, coloca-o em evidência se comparado a outras partes do país. Para ela, “o fato de exportar produtos industrializados de alto valor agregado explica o maior dinamismo das exportações que São Paulo apresenta frente a outros estados da Federação” (p. 11).

Ao evidenciar esse papel do centro dinâmico do Brasil, Arroyo (2012) realiza considerações marcantes visando entender as particularidades da economia periférica brasileira. Mostra que o estado de São Paulo possui condições econômicas distintas dos outros estados do país, pois além de mais dinâmica, possui uma situação deficitária na balança comercial, questão “decorrente da dimensão de seu mercado consumidor e,

sobretudo, da própria estrutura de sua indústria” (p. 11). A autora esclarece que a estrutura industrial de São Paulo e, portanto, do Brasil é deficitária pois “não detêm o ciclo completo de fabricação de circuitos integrados” (p. 12). Quer dizer, exige elevados níveis de importações para alimentar a indústria nacional.

Assim, “grande parte da dinâmica econômica do Estado de São Paulo explica-se pela presença de circuitos espaciais de produção associados ao mercado externo” (Arroyo, 2012, p. 13). Portanto, fazendo-se necessário evidenciar a forte presença da indústria de transformação e de uma balança comercial com um setor exportador baseado em produtos mecânicos e agropecuários, e um setor importador voltado para abastecer a indústria brasileira. Tal situação é consequência da inexistência de uma autossuficiência produtiva do país. Existe assim, uma concentração das atividades industriais brasileiras, onde São Paulo representa papel centralizador, concentrando investimentos e também uma crescente construção de sistemas de engenharia que funcionam como base material para a fluidez das atividades econômicas no território.

Aponta Arroyo (1996) ser necessário evidenciar que a estrutura da indústria nacional também é baseada na participação expressiva de empresas líderes que comandam as atividades industriais no país, são empresas que alcançam grandes níveis de capital e se portam com expressividade no mercado internacional. Ao lado dessas grandes empresas têm-se as pequenas e médias que possuem uma inserção no mercado bem diferenciada, com uma capacidade de inserção igualmente restrita.

Logo, a dinâmica industrial no Brasil só é possível graças as condições que favorecem o seu acontecimento. Primeiramente é necessário evidenciar o papel do Estado como agente criador de possibilidades e sistemas de engenharia que suportem as atividades industriais. O que revela a dimensão da presença governamental ativa, na construção de infraestruturas e concessão de incentivos fiscais, pois são elementos que dotam o território de condições favoráveis à instalação e operação das empresas. Um aspecto essencial às atividades econômicas é a base material, questão abordada por Arroyo (2005) ao tratar da integração continental e destacar a importância dessa base material no território para possibilitar maiores fluxos de mercadorias. Segundo a autora, no caso da exportação, por exemplo, a estrutura do território se torna essencial. Afinal, é necessária uma base material de vias para escoamento da produção e portos para realizar a exportação, essa base se faz essencial pois potencializa a fluidez dos territórios e assim “garantem uma ampliação do processo de circulação de capital” (Arroyo, 2005, p. 226).

Ao discutir o papel das finanças no atual período histórico, Arroyo (2006) chama a atenção para uma questão relevante sobre a atividade industrial, a “mudança nas estratégias de investimentos dos grupos industriais” (Arroyo, 2006, p. 180), que se configura como uma estratégia central para o crescimento econômico. Os grupos industriais ampliam os investimentos não somente no setor produtivo, mas também no setor financeiro, a fim de garantir maior poder econômico e estabilidade nos investimentos. Conforme a autora, “o capital industrial, mercantil e imobiliário se integra de tal maneira às estruturas e operações financeiras que resulta cada vez mais difícil dizer onde começam os interesses comerciais e industriais e onde termina

os estritamente financeiros” (2006, p. 180), esclarecendo ademais que “[...] na fase contemporânea do capitalismo, é a esfera financeira que comanda cada vez mais a repartição da riqueza produzida na esfera da produção” (2006. p. 181).

Conclui-se, desta forma, que as contribuições de Arroyo (1996; 2001; 2005; 2006; 2012) reafirmam a centralidade de São Paulo como centro industrial do país, reconhece a necessidade de um papel ativo do Estado no incentivo das atividades produtivas, mostra o papel central de uma base material capaz de dotar o território de sistemas de engenharia que possibilitem uma maior fluidez econômica, além de evidenciar o papel singular das finanças no atual período. São contribuições essenciais que esclarecem as relações econômicas em países latino-americanos e demonstra as características da indústria brasileira.

Ao estudar “o capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras” Sposito e Santos (2012) também desenvolvem interpretações dignas de destaque sobre o processo brasileiro de industrialização. Buscando entender a internacionalização de empresas e grupos industriais brasileiros, investigam o processo de industrialização do país partindo de suas origens até períodos mais recentes. Destacam que durante a trajetória da indústria nacional o Estado teve um papel decisivo no seu desenvolvimento e na formação do capitalismo industrial brasileiro.

Ao revisitar a literatura sobre o processo os autores reafirmam a participação da atividade cafeeira na constituição do capital industrial brasileiro. Por conseguinte, corroborando com a tese de que a acumulação do capital agrícola da cultura cafeeira levou a formação do capital industrial. Essa análise caminha por uma reconstituição histórica ressaltando os principais períodos da industrialização do país, desde aqueles de maior desenvolvimento aos períodos de retração. Destacam a importância do período Vargas (1930-1945, 1950-1954) na defesa da indústria interna e na implantação de uma política de industrialização no país, momento em que sua implantação levou as empresas nacionais, com o apoio do Estado, a se desenvolverem consideravelmente e com a realização de novos investimentos e novas aquisições, se consagrarem no mercado interno. O que conseqüentemente possibilitou também uma posterior expansão para o mercado externo. Acentuando ainda que o Governo Vargas também investiu na construção de indústrias de base, que se caracterizavam como essenciais, mas que o capital privado não tinha condições de instalar.

Nessa perspectiva desenvolvida por Sposito e Santos (2012), o Governo Vargas buscou dinamizar a economia baseando-se em capitais nacionais e estatais. Em contrapartida, o governo seguinte de Juscelino Kubitschek (1956-1961) buscou estabelecer o investimento de capital estrangeiro na economia nacional, direcionando as políticas de desenvolvimento econômico ancorado em três princípios: ação do Estado, aplicação de capital local e investimentos de capital privado estrangeiro.

Com efeito, os autores realizam uma reconstituição do desenvolvimento da indústria desde Getúlio Vargas ao período do primeiro Governo Lula (Luiz Inácio Lula da Silva), chamam a atenção à crise posterior ao

governo de Juscelino Kubitschek, com a tomada das medidas de contenção do governo de Jânio Quadros, do Plano Trienal do Governo João Goulart após a renúncia de Jânio e o período do “milagre econômico”, com a implantação das medidas institucionais para recuperação econômica durante os governos militares. Ademais, discutem os anos de 1980, considerando-a como uma “década perdida” em decorrência da estagnação da economia brasileira e latino-americana neste período, apontam ainda o decênio subsequente com suas políticas neoliberais, destacando a forte presença de empresas multinacionais de capital estrangeiro e o Governo Lula com suas políticas macroeconômicas.

Entendem que a conformação do capitalismo industrial brasileiro é resultado de um processo histórico onde a participação do Estado se fez essencial em vários períodos. Mostram que a partir das políticas governamentais de desenvolvimento e incentivo à indústria, as empresas e grupos industriais brasileiros se firmaram no mercado local e posteriormente se lançaram no mercado internacional, num processo exitoso de multinacionalização das empresas brasileiras. Revelam dessa forma um processo de centralização descentrada de capital em que “[...] a batalha capitalista pela concentração do capital em poucas mãos não é levada a cabo apenas pelos agentes dos países desenvolvidos, haja vista o avanço surpreendente de algumas empresas e grupos situados em países periféricos” (Sposito & Santos, 2012, p. 279).

Outra análise notável da industrialização do país refere-se ao ensaio de Diniz Filho (2005), que explica a atual configuração espacial da indústria brasileira com o seu desenvolvimento para além da “Região Concentrada”, proposta por Santos e Silveira (2016). Debate a tese que a concentração das atividades econômicas é questão fundamental para o processo de desenvolvimento do território, assim como os desequilíbrios regionais só podem ser tratados a partir de políticas de desenvolvimento regional implementados pelo Estado. Discute, portanto, a dinâmica espacial da indústria, propondo uma nova geografia da industrialização brasileira.

O autor esclarece que, a tradicional produção bibliográfica sobre o tema mostra que o desenvolvimento econômico dá-se a partir da concentração de atividades econômicas resultantes das forças de mercado estabelecidas na região Sudeste do país. Destaca a desconcentração nas decisões locacionais de investimentos, a partir de uma dispersão das atividades industriais para outras regiões além do tradicional eixo de concentração econômica, constituído pelas cidades do Sudeste e Sul do país.

Segundo essa linha de raciocínio a desconcentração industrial deve-se, sobretudo, em função da demanda por matéria-prima, mão de obra barata, mínima ação sindical e deslocamento por saturação urbana dos tradicionais centros industriais do país. Tal desconcentração leva a uma multiplicação de lugares dinâmicos no território brasileiro, formando novos centros de atividade industrial. Nessa perspectiva, Diniz Filho (2005) pensa a dinâmica regional das atividades econômicas como resultado da interação estabelecida entre, de um lado a ação do Estado e das empresas, e de outro lado, a configuração do território nacional a partir dos sistemas de infraestrutura do território.

Nesse sentido, observa-se que o autor contribui com a discussão sobre industrialização no tocante a distribuição espacial das indústrias, identificando uma presença industrial também nas parcelas menos desenvolvidas do território. Com isso, buscando responder o questionamento central: para onde irão as indústrias? o autor esclarece que,

[...] as regiões que dispõem de fatores de produção mais sofisticados atraem as indústrias mais intensivas em capital e tecnologia, ligadas aos produtos de maior valor agregado, enquanto as regiões que apresentam fatores de produção banalizados recebem as indústrias mais intensivas em mão-de-obra e recursos naturais (Diniz Filho, 2005, p. 95).

Nessa compreensão os fatores de produção das regiões desenvolvidas são caracterizados por espaços de maior urbanização que dispõem de serviços de apoio às atividades econômicas de maior capital e tecnologia, enquanto nas regiões com características opostas esses fatores estão relacionados com espaços de menor desenvolvimento, com grande oferta de mão de obra barata, ampla disponibilidade de recursos naturais e de incentivos fiscais aplicados pelo Estado.

De modo relacionado, as formulações de Becker e Egler (1998) acrescentam à compreensão do quadro de dependência do Brasil a partir da discussão da industrialização e do desenvolvimento, com abordagens direcionadas à compreensão das modernizações e a conseguinte reestruturação econômica do território. Igualmente importantes são as contribuições mais recentes de Pereira Júnior (2019), a partir dos processos de industrialização e desindustrialização em consonância com as transformações mais recentemente conhecidas no contexto de reestruturação territorial e produtiva no Brasil, conforme verifica o autor.

#### **4. Conclusões**

A partir da abordagem das principais formulações referentes ao processo brasileiro de industrialização pode-se afirmar que a produção científica brasileira sobre o tema obteve êxito no que concerne a construção de bases explicativas para tal processo da economia do país. Vários são os esforços teóricos que têm alimentado o debate nacional e possibilitado avanços à compreensão dos principais eventos da industrialização brasileira.

No âmbito da Geografia, pode-se inferir que o tratamento do tema caminha *pari passu* com o próprio desenvolvimento desse campo do conhecimento e de sua agenda de pesquisa no país, proporcionando relevantes contribuições à interpretação desse processo tão caro à economia do Brasil e latino-americana, principalmente. As análises geográficas expostas constituem caminhos teóricos capazes de explicar a industrialização brasileira com propriedade, pelo viés espacial, acrescentando, portanto, variáveis não suficientemente contempladas por outros campos do conhecimento.

Convém destacar que a economia brasileira possui fragilidades que se justificam pelas heranças históricas do seu processo de formação e pelas suas “condições periféricas”. Ocorre que o Brasil ainda apresenta

algumas características do sistema econômico colonial, pois segue aplicando, em grande medida, o modelo primário-exportador. Não por acaso, os principais setores da economia do país no quesito exportação são: I. agropecuária; II. indústria de transformação e; III. indústria extrativa. Nesse ponto, destaque-se a importância da soja, óleos brutos de petróleo ou minerais betuminosos, crus e minério de ferro e seus concentrados, principais gêneros exportados.

Conseqüentemente, seguindo com a importação de produtos nos seguintes setores: I. indústria de transformação: concentrando 89% (com destaque para a importação de adubos e fertilizantes químicos, a maior entre os produtos desse seguimento); II. indústria extrativa: com 8,1% e; III. agropecuária: 2,1%, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC, 2023), sobre os dados consolidados para o ano de 2022. Indicando, no limite, o frequentemente mencionado no meio acadêmico-científico brasileiro, processo de reprimarização da economia. Na verdade, sabe-se que a economia nacional não possui autossuficiência produtiva e por isso sua balança comercial apresenta-se deficitária com frequência.

Diante de tal cenário, a produção científica sobre o processo de industrialização no Brasil se apresenta como essencial para pensar o desenvolvimento econômico do território e, conforme defendido pela maioria dos teóricos da Geografia aqui tratados, verifica-se que para a efetiva atuação das indústrias, é de extrema importância a ação do Estado, tanto como concessor de incentivos fiscais, como também agente criador de sistemas de engenharia e dotação de infraestrutura aos territórios, questão essencial para maior atuação das empresas e fluidez dos lugares. Por tanto, a ação governamental se configura como indispensável para o desenvolvimento das indústrias, pois estabelece e incentiva a estrutura para o seu funcionamento.

Por fim, vale mencionar que os resultados obtidos refletem a realidade da amostra da pesquisa nos recortes inicialmente indicados. Quer dizer, a proposta de análise esteve direcionada às quatro abordagens gerais das ciências humanas e sociais que alcançaram maior aceitação na comunidade científica brasileira e, portanto, influíram a produção geográfica acerca da temática. Quanto as abordagens à luz da geografia, a análise teve como recorte amostral, a produção *stricto sensu* brasileira, com foco – termos de discussão e análise textual – nos autores com ampla experiência através de pesquisas próprias e coletivas, desdobradas nas já referidas dissertações e teses quantificadas no presente texto.

## Informação Suplementar

### Autores

#### Antonio Alfredo Teles de Carvalho

Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente (IGDEMA) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Maceió – AL, Brasil.

acarvalho@igdema.ufal.br

ORCID: 0000-0001-9931-8243

#### Clevisson José da Silva

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP).

São Paulo – SP, Brasil.

clevissonsilva@usp.br

ORCID: 0000-0001-8680-2917

#### Dhiego Antonio de Medeiros

Campus Universitário Zumbi dos Palmares (Campus V) da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL).

União dos Palmares – AL, Brasil.

dhiego.medeiros@uneal.edu.br

ORCID: 0000-0001-8648-3960

**Data de submissão:** 2022-08-18

**Data de aceitação:** 2024-02-12

**Data de publicação:** 2024-06-30

## Referências

- Arroyo, M. M. (1996). Mercosul: discurso de uma nova dimensão do território que encobre antigas falácias. In: M. Santos; M. L. Silveira; M. A. A. de Souza (Org.) *Território: globalização e fragmentação* (2ª ed.) São Paulo: Hucitec; ANPUR, p. 308-314.
- Arroyo, M. M. (2001). *Território Nacional e Mercado Externo: uma leitura do Brasil na virada do século XX*. 2001. (Tese de Doutorado em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo).
- Arroyo, M. M. (2005). Fluidez e porosidade do território brasileiro no contexto da integração continental. In: M. L. Silveira (Org.). *Continente em chamas: globalização e território na América Latina*. Trad.: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 209-242.
- Arroyo, M. M. (2006). A vulnerabilidade dos territórios nacionais Latino-americanos: o papel das finanças. In: A. I. G. de Lemos; M. L. Silveira; M. Arroyo (Org.). *Questões territoriais na América Latina*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales; São Paulo: Universidade de São Paulo, p. 177-190.
- Arroyo, M. M. (2012). Circuitos espaciais de produção industrial e fluxos internacionais de mercadorias na dinâmica territorial do estado de São Paulo. *Boletim Campineiro de Geografia*. 2 (1), p. 7-25.
- Becker, B. K. & Egler, C. A. G. (1998). *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. (3ª ed.) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Cano, W. (1975). *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. (Tese de Doutorado em Ciências Econômicas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas).
- Costa, W. M. da. (1982). *O processo contemporâneo de industrialização: um estudo sobre a expansão industrial em território paulista*. (Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo).
- Dean, W. (1971). *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel.
- Diniz Filho, L. L. (2005). Para onde irão as indústrias?: a nova geografia da industrialização brasileira. In: E. S. de Albuquerque (Org.). *Que país é esse?: pensando o Brasil contemporâneo*. São Paulo: Globo.
- Fonseca, P. C. D. & Salomão, I. C. (2017). Industrialização brasileira: notas sobre o debate historiográfico. *Revista tempo*, Niterói, 23 (1), p. 86-104, jan./abr.
- Furtado, C. (2007). *Formação econômica do Brasil*. (34ª ed.) São Paulo: Companhia das Letras.
- Geiger, P. P. (1988). Industrialização e urbanização no Brasil, conhecimento e atuação da geografia. *Revista Brasileira de Geografia*, 50 (2). Rio de Janeiro: IBGE, p. 59-84.
- Lencioni, S. (1991). *Reestruturação urbano-industrial: centralização do capital e desconcentração da metrópole de São Paulo, a indústria têxtil*. (Tese de Doutorado em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo).
- Lencioni, S. (1996). Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. In: M. Santos, M. L. Silveira; M. A. A. de Souza. (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. (2ª ed.) São Paulo: HUCITEC; ANPUR, p. 198-210.
- Lencioni, S. (1998). Mudanças na metrópole de São Paulo (Brasil) e transformações industriais. *Revista do Departamento de Geografia*, (FFLCH, USP), 12, São Paulo. p. 27-42. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/53733>.

- Lima, H. F. (1961). *Formação Industrial do Brasil (Período Colonial)*. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura.
- Mamigonian, A. (1965). Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. *Revista Brasileira de Geografia* [RBG/IBGE], Rio de Janeiro, 27 (3), p. 389-482, jul./set.
- Mamigonian, A. (1969). Notas sobre o processo de industrialização no Brasil. *Boletim do Departamento de Geografia*, FFCL, Presidente Prudente.
- Mamigonian, A. (1990). A industrialização da América Latina: o caso brasileiro. *Orientação*, 8, São Paulo, p. 79-83.
- Mamigonian, A. (2000). Teorias sobre a industrialização brasileira. *Cadernos Geográficos*, [DG/CFCH/UFSC], 2 (2), Florianópolis: Imprensa Universitária.
- MDIC. (2023). Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. *Informativo da Balança Comercial e Estatísticas de Comércio Exterior 2023*. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas>.
- Mello, J. M. C. de (1991). *O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. (8ª. ed.) São Paulo: Ed. Brasiliense.
- Nicol, R. N. V. C. (1974). A agricultura e a industrialização no Brasil (1850-1930). (Tese de Doutorado em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo).
- Paim, G. (1957). *Industrialização e economia natural*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Instituto Superior de Estudos Brasileiros.
- Peláez, C. M. (1972). *História da industrialização brasileira*. Rio de Janeiro: APEC.
- Pereira Júnior, E. (2019). O debate sobre desindustrialização no Brasil: abordagens concorrentes e um olhar a partir da geografia. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 39.
- Prado Júnior, C. (2006). *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- Rangel, I. (1985). *Economia: milagre e anti-milagre*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- Rangel, I. (2012). Dualidade básica da economia brasileira (1957). In: I. Rangel. *Obras Reunidas*. (3ª ed.) Rio de Janeiro: Contraponto, v. 1, p. 285-354.
- Santos, M. & Siveira, M. L. (2016). *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. (19ª ed.) Rio de Janeiro: Ed. Record.
- Silva, L. M. L. A. da. (1976). *No limiar da industrialização: Estado e acumulação de capital, 1919-1937*. (Tese de Doutorado em Ciências Econômicas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas).
- Silva, S. (1986). *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. (7ª ed.) São Paulo: Editora Alfa-ômega.
- Simosen, R. C. (1973). *Evolução indústria do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional; Edusp.
- Sposito, E. S.; Santos, L. B. (2012). *O capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras*. São Paulo: Outras Expressões.
- Suzigan, W. (1986). *Indústria brasileira: origens e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense.
- Tavares, M. da C. (2000). Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: R. Bielschowsky (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Trad.: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record. p. 217-237.
- Versiani, F. R. (2012). As longas raízes do protecionismo: 1930 e as relações entre indústria e governo. *Revista economia*, Brasília, 13 (3b), p. 867-895.
- Versiani, F. R.; Versiani, M. T. R. O. (1977). A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição. In: F. R. Versiani & J. R. de Barros (Org.). *Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização*. São Paulo: Saraiva.